

Editorial

O CURSO DO
PROCESSO

O vazamento da colaboração premiada à Procuradoria Geral da República de um ex-executivo da Odebrecht, no fim da semana passada, explodiu como uma bomba no governo, na medida em que comprometeu as principais figuras de sua cúpula, a começar do presidente Temer.

A resposta dos envolvidos não variou: praticamente todos negaram ter recebido doações ilegais da construtora, afirmando que as declararam à Justiça Eleitoral. Alguns defendem que a delação deveria ser anulada por ter vazado antes de ter sido homologada pelo Supremo.

O estrago afetou seriamente o governo, que vê despencar sua aceitação pela população. Anteriormente ao episódio, uma pesquisa apurou que o governo tinha 51% de rejeição e que 63% dos entrevistados achavam que o presidente deveria renunciar para permitir a realização de novas eleições.

O desgaste deverá se manifestar na próxima pesquisa, se um milagre não acontecer, como espera a opinião pública. Hoje, 41% dela já acha que a economia vai se deteriorar mais ainda, não obstante o governo estar preparando um pacote de medidas para manutenção dos empregos.

A preocupação do governo é as delações prejudicarem as votações no Congresso, como a da PEC 55 e a da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se fracassar nessas decisões, o governo terá sua sobrevivência sobremodo dificultada, já que se esvaíza seu principal ponto de apoio: o parlamentar. O que vem ocorrendo não deveria surpreender ninguém. Apenas expõe a profundidade das raízes da corrupção no Brasil. A prática não era exclusiva do PT, que apenas expôs o "câncer". Como principal parceiro do PT, o PMDB deveria estar tão comprometido quanto o outro.

Era natural que o processo seguisse essa linha, abarcando outros partidos e outros políticos. As práticas denunciadas estão tão generalizadas que ninguém está imune a uma acusação de tráfico de influência ou de recebimento de propina por parte de um contratado do governo.

O processo desencadeado pela Lava Jato está seguindo seu curso.

SEMPRE EDITORA LTDA

FUNDADOR Vittorio Mediolli
PRESIDENTE Laura Mediolli
VICE-PRESIDENTE Marina Mediolli
DIRETOR EXECUTIVO Heron Guimarães

GERENTE COMERCIAL
Alessandra Soares

GERENTE DE TECNOLOGIA
Fábio A. Santos

GERENTE INDUSTRIAL
Guilherme Reis

GERENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
Walmir Prado

GERENTE DE MARKETING
Monique Araki

GERENTE DE CIRCULAÇÃO
Isabel Santos

EDITORA EXECUTIVA
Lúcia Castro

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Michele Borges da Costa

ADJUNTO DA SECRETARIA DE REDAÇÃO
Murilo Rocha

CHEFE DE REPORTAGEM
Renata Nunes

EDITORES

Opinião: Victor de Almeida
Economia: Karlon Aredes
Magazine: Milton Luiz (interino)
Brasil/Mundo/Interessa: Aline Reskalla
Política: Ricardo Corrêa
Esportes: Denner Taylor
Cidades: Marina Schettini
Primeira: Frederico Duboc
Fotografia: Rejane Araújo

O.PINIÃO

Duke



www.dukechargista.com.br



FÁTIMA OLIVEIRA

Médica

fatimaoliveira@ig.com.br

O dilema e a crueldade da dupla
moral sexual num Estado laico

No Brasil, o aborto inseguro é a quinta causa de morte materna

O aborto é presença frequente no noticiário no Brasil, em páginas policiais e nas de política. Algumas manchetes desde 22 de novembro passado: "Papa Francisco autoriza o perdão da Igreja Católica às mulheres que abortaram" (22.11); "Aborto até o terceiro mês não é crime, decide turma do Supremo" (29.11); "Após decisão do STF, Rodrigo Maia anuncia comissão especial para discutir aborto" (30.11); "A cada minuto uma mulher faz um aborto no Brasil" (5.12); e "Jovem morre após suspeita de aborto ilegal, e polícia retira corpo de velório" (8.12).

Dados do Ibope-Inteligência para a Pesquisa Nacional do Aborto 2016, coordenada por Débora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro, realizada pela Anis – Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília, e financiada pelo Ministério da Saúde, evidenciam que "uma em cada cinco mulheres, aos 40 anos, já fez, pelo menos, um aborto – isso significa que 4,7 milhões de mulheres já abortaram; em 2015, foi mais de meio milhão; uma mulher por minuto faz aborto no Brasil – uma mulher comum, católica ou evangélica, jovem e com filhos, que a cada minuto atravessa a fronteira da legalidade para interromper ilegalmente uma gestação; mulheres nordestinas pobres, negras ou indígenas fizeram mais abortos que as brancas e com maior escolaridade".

Em tal contexto, a decisão do STF é um avanço argumentativo na luta pelo direito de decidir num país onde o aborto só não é criminalizado em casos de gravidez decorrente de estupro e risco de vida da gestante (1940) e em casos

de anencefalia (2012).

O STF não descriminalizou o aborto: ele se pronunciou exclusivamente sobre o "caso Duque de Caxias" – clínica clandestina de aborto onde cinco pessoas, médicos e outros profissionais, foram acusadas de crime. Pode virar jurisprudência? Em tese, sim!

O ministro Luís Roberto Barroso declarou que "os artigos do Código Penal que proíbem o aborto até os três meses ferem direitos garantidos pela Constituição". E acrescentou: "Os direitos sexuais e reprodutivos da mulher, que não pode

As interdições ao aborto não impedem sua realização, apenas tornam-no clandestino e inseguro, penalizando as pobres, que arriscam a saúde e a vida

ser obrigada pelo Estado a manter uma gestação indesejada; a autonomia da mulher, que deve conservar o direito de fazer suas escolhas existenciais; a integridade física e psíquica da gestante, que é quem sofre, em seu corpo e em seu psiquismo, os efeitos da gravidez; e a igualdade da mulher, já que homens não engravidam e, portanto, a equiparação plena de gênero depende de se respeitar a vontade da mulher nessa matéria".

Como disse o senador uruguaio Enrico Rubio, em 4.5.2004, em discurso proferido durante a votação da Lei de Defesa de Saúde Reprodutiva: "O dilema não é pelo aborto ou contra o aborto. O dilema é pela repressão como política ou pela

despenalização como política, seguida de outras coisas (...). As interrupções da gravidez se realizam, dezenas de milhões, sem condenação coletiva, em todos os estratos sociais. Há um texto legal que está desautorizado pela prática concreta de nossa sociedade".

O aborto é uma expressão radical de resistência e experiência milenar de milhões de mulheres; expõe dilemas morais e visibiliza que não é ético obrigar a mulher a levar adiante uma gravidez quando ela não quer ou não pode. As interdições ao aborto não impedem sua realização, apenas tornam-no clandestino e inseguro, penalizando as pobres, entre elas as negras, que recorrem aos piores lugares, arriscando a saúde e a vida.

Em nosso país, o aborto inseguro é a quinta causa de morte materna. Um Estado laico que nega a suas cidadãs o acesso ao aborto seguro é cruel.

DUKE

